

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 1429 - Brasília, Disponibilização: Segunda-feira, 16 de Dezembro de 2013 Publicação: Terça-feira, 17 de Dezembro de 2013

**ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE
MAGISTRADOS MINISTRO SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA**

RESOLUÇÃO Nº 3, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2013.

Dispõe sobre o curso oficial para ingresso, o curso de formação inicial e os cursos de aperfeiçoamento para fins de vitaliciamento, promoção e formação continuada na carreira da magistratura.

A PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR E DIRETORA-GERAL DA ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS MINISTRO SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA - ENFAM, cumprindo o previsto no art. 105, parágrafo único, inciso I, da Constituição da República e considerando o decidido pelo Conselho Superior da ENFAM na reunião realizada em 22 de novembro de 2013,

RESOLVE:

CAPÍTULO I

Cursos oficiais para ingresso na carreira da magistratura

Art. 1º. O curso oficial para ingresso na carreira da magistratura constitui etapa final facultativa do concurso público para seleção de magistrados e destina-se aos candidatos aprovados nas fases anteriores, não podendo exceder o número de vagas existentes até o final da fase anterior do certame.

Art. 2º. A carga horária mínima do curso oficial para ingresso na carreira da magistratura é de 240 (duzentos e quarenta) horas-aula, observado o prazo máximo de 1 (um mês) para cada 120 (cento e vinte) horas.

Art. 3º. O candidato, durante o curso oficial para ingresso, poderá fazer jus a uma bolsa auxílio, fixada pelos Tribunais segundo a disponibilidade financeira.

Art. 4º. O candidato, no decorrer do curso, será avaliado quanto ao conteúdo programático e à conduta mantida no período.

Parágrafo único. Essa avaliação, sempre que possível, será baseada no estudo de casos e realizada com a participação de equipe multidisciplinar formada de profissionais como psicólogos, pedagogos, psiquiatras e outros especialistas.

Art. 5º. O conteúdo programático mínimo dos cursos oficiais para ingresso na magistratura compreenderá os itens seguintes, detalhados no anexo I desta Resolução:

- I - origem e teoria do poder judiciário;
- II - deontologia da magistratura;
- III - ética;
- IV - relações interpessoais e interinstitucionais;
- V - elaboração de decisões e sentenças e realização de audiências;
- VI - administração judiciária, incluindo gestão processual, de pessoas e administrativa;
- VII - capacitação em recursos da informação;
- VIII - difusão da cultura de conciliação como busca da paz social;
- IX - técnicas de conciliação e psicologia judiciárias; e
- X - impacto econômico e social das decisões judiciais.

Parágrafo único. Os cursos oficiais para ingresso deverão ser credenciados pela Enfam.

CAPÍTULO II

Cursos de Formação Inicial

Art. 6º. Na realização dos cursos de formação inicial, destinados aos Tribunais que não optaram pelo curso oficial de ingresso, deverão ser observadas, também, as diretrizes traçadas para os conteúdos programáticos mínimos dos mencionados cursos oficiais de ingresso, bem como a carga horária mínima e a avaliação àquele destinada, previstas nos artigos 2º e 4º desta Resolução.

Parágrafo único. A realização de cursos de formação inicial é obrigatória para os tribunais que não optarem pelo curso oficial para ingresso na magistratura.

CAPÍTULO III

Cursos de aperfeiçoamento para fins de vitaliciamento, promoção e de formação continuada na carreira da magistratura

Art. 7º. No período de estágio probatório as Escolas judiciais e de magistratura desempenham atividade didático-pedagógico, competindo-lhes a realização de cursos de aperfeiçoamento voltado para o vitaliciamento e visando sedimentar nos magistrados a vocação para o exercício da jurisdição.

Art. 8º. Os cursos de aperfeiçoamento para vitaliciamento ocorrerão no período do estágio probatório, com carga horária mínima de 60 (sessenta) horas-aula, no primeiro ano, além das horas destinadas ao curso de formação inicial, e 120 (cento e vinte) horas-aula, no segundo ano.

Parágrafo único - Caberá às Escolas judiciais e de magistratura fazer o controle da participação e do aproveitamento dos magistrados durante o estágio probatório, sem prejuízo do acompanhamento pela Enfam.

Art. 9º. É obrigatória a oferta dos cursos por parte das Escolas judiciais e de magistratura.

Art. 10. Para fins de promoção, será exigido do magistrado o cumprimento de carga horária mínima de 40 (quarenta) horas-aula anuais em curso de aperfeiçoamento.

Parágrafo único. O cumprimento da carga horária estabelecida para os cursos de formação inicial e de aperfeiçoamento para efeito de vitaliciamento poderá ser considerado para obtenção de promoção, desde que preenchidos os requisitos mínimos exigidos pela Enfam.

Art. 11. O conteúdo programático dos cursos de aperfeiçoamento, para o fim de vitaliciamento, incluirá, no mínimo, estudos relacionados aos seguintes itens:

I – alterações legislativas;

II – ética;

III – filosofia do direito;

IV – hermenêutica jurídica;

V – deontologia da magistratura;

VI – métodos alternativos de solução de conflitos e sistemas de conciliação;

VII – prática forense e conhecimento da estrutura e funcionamento das serventias judiciais;

VIII – utilização da informática e noções básicas do sistema digital de processamento e julgamento;

IX – conhecimentos mínimos acerca das atividades administrativas do Diretor de Foro;

X – noções básicas acerca das serventias extrajudiciais (notas, registro de imóveis, títulos e documentos e serviços de protesto de títulos);

XI – noções acerca da estrutura, competência, atuação e metas do Conselho Nacional de Justiça;

XII – comunicação social.

§ 1º. As matérias de natureza jurídica deverão ser ministradas, preferencialmente, por magistrados de reconhecida experiência jurisdicional e juristas de notável saber jurídico.

§ 2º. A metodologia do curso consistirá em aulas e eventos, presenciais ou a distância, com ênfase na formação humanística e em estudos de casos concretos.

§ 3º. As Escolas judiciais e de magistratura remeterão, à Enfam e ao respectivo Tribunal, a cada 6 (seis) meses, relatório individualizado de avaliação das atividades educacionais realizadas pelos magistrados em estágio probatório.

§ 4º. Após a apresentação dos três primeiros relatórios semestrais, o quarto e último relatório deverá ser conclusivo, entregue até 60 (sessenta) dias antes do término do estágio probatório, e conter, obrigatoriamente, parecer pelo aproveitamento ou rejeição do magistrado vitaliciando.

Art. 12. As Escolas judiciais e de magistratura manterão quadro de docentes, preferencialmente magistrados, com a finalidade de orientar os juízes vitaliciandos no estágio probatório.

Art. 13. Os cursos de aperfeiçoamento para fins de vitaliciamento e promoção terão validade de 1 (um) ano, contado da sua conclusão.

Art. 14. A capacitação permanente e a formação continuada são deveres do magistrado, a teor do que dispõe o Capítulo X do Código de Ética da Magistratura Nacional.

CAPÍTULO IV

Curso de Iniciação Funcional para Magistrados

Módulo Nacional

Art. 15. O Curso de Iniciação Funcional para Magistrados - Módulo Nacional, promovido pela Enfam, tem caráter compulsório e duração mínima de 4 (quatro) dias úteis.

Parágrafo único. Caberá à Enfam requisitar aos Tribunais a convocação dos respectivos juízes para fins de participação no curso mencionado neste artigo.

Art. 16. A carga horária do Curso de Iniciação Funcional – Módulo Nacional poderá ser considerada para o cômputo das horas-aula exigidas para o curso de formação inicial ou para o curso de vitaliciamento.

Art. 17. O relatório do Curso de Iniciação Funcional para Magistrados - Módulo Nacional - incluirá informações individualizadas sobre a participação e o aproveitamento dos magistrados.

Parágrafo único. O relatório referido neste artigo será encaminhado às respectivas Corregedorias.

CAPÍTULO V

Cursos de formação de formadores

Art. 18. A Enfam ministrará, diretamente ou em parceria com as Escolas judiciais ou de magistratura, cursos de formação de formadores.

Parágrafo único. Confirmada a inscrição do magistrado em curso de formação de formadores, sua posterior desistência, sem motivo justificado, implicará a impossibilidade de inscrição em novo curso pelo prazo de 1 (um) ano.

CAPÍTULO VI

Cursos de pós-graduação

Art. 19. A Escola Nacional e as Escolas judiciais criadas e mantidas pelo Poder Público, precipuamente para a formação e o aperfeiçoamento de magistrados, na forma do artigo 39, §2º, da Constituição Federal, poderão oferecer cursos de especialização, na modalidade de pós-graduação *lato sensu*, nos termos das Resoluções CNE/CES nº 1, de 8/6/2007, e nº 7, de 8/9/2011, desde que submetidos a processo de credenciamento educacional pelo Ministério da Educação ou seus delegados e pela Enfam.

§1º. A titulação nos cursos de pós-graduação ministrados ou credenciados pela Enfam

§2º. Durante o período de realização dos cursos de pós-graduação *lato sensu*, na forma do caput deste artigo, fica o magistrado desobrigado da participação em cursos de aperfeiçoamento para vitaliciamento, promoção e formação continuada, desde que documentada a frequência e o aproveitamento.

§3º. A titulação nos cursos de pós-graduação *lato sensu* referidos neste artigo, desde que ligados à área de interesse do Poder Judiciário, garantirá ao magistrado eximir-se da participação em cursos de aperfeiçoamento para fins de vitaliciamento, promoção e formação continuada pelo prazo de 1 (ano), a contar da obtenção do respectivo título.

§ 4º. A habilitação para o vitaliciamento, para promoção ou formação continuada pode, de forma excepcional e fundamentada, decorrer da aprovação em cursos de pós-graduação contratados ou conveniados pelo Poder Judiciário ou pelas Escolas judiciais e de magistratura, desde que credenciados pela Enfam.

Art. 20. A titulação nos cursos de mestrado, desde que ligados à área de interesse do Poder Judiciário, garantirá ao magistrado eximir-se da participação em cursos de aperfeiçoamento para fins de vitaliciamento, promoção e formação continuada por 1 (um) ano e meio, a contar da obtenção do título.

Parágrafo único. Caberá às Escolas judiciais e de magistratura avaliar o conteúdo do curso e a referida titulação.

Art. 21. A titulação nos cursos de doutorado, desde que ligados à área de interesse do Poder Judiciário, garantirá ao magistrado eximir-se da participação em cursos de aperfeiçoamento para fins de vitaliciamento, promoção e formação continuada por 2 (dois) anos, a contar da obtenção do título.

Parágrafo único. Caberá às Escolas judiciais e de magistratura avaliar o conteúdo do curso e a referida titulação.

CAPÍTULO VII

Credenciamento de Cursos

Art. 22. Os pedidos de credenciamento para execução dos cursos oficiais para ingresso na carreira da magistratura e de aperfeiçoamento para vitaliciamento, promoção e formação continuada deverão ser formulados pelas Escolas judiciais e de magistratura exclusivamente pelo Sistema disponibilizado no sítio eletrônico da Enfam.

I – O pedido de credenciamento para execução dos cursos oficiais de ingresso na carreira da magistratura deverá ser feito, impreterivelmente, até 60 (sessenta) dias antes de seu início.

II – O pedido de credenciamento para execução dos cursos de formação inicial, aperfeiçoamento para fins de vitaliciamento, promoção e formação continuada deverá ser feito, impreterivelmente, até 30 (trinta) dias antes da data prevista para seu início.

Parágrafo único. A justificativa de eventual pedido extemporâneo de credenciamento será

Art. 23. Para efeito de credenciamento, as instituições encarregadas de organização e execução dos cursos submeterão à Enfam as informações previstas e solicitadas pelo Sistema disponibilizado no sítio eletrônico da Enfam.

Art. 24. Para os cursos oficiais para ingresso, deverá ser encaminhado à Enfam o Edital do Concurso Público de seleção de magistrados.

Art. 25. Caberá às Escolas judiciais e de magistratura fazer os pedidos de credenciamento de cursos com base na elaboração de seus planejamentos instrucionais, sejam eles apoiados em seus próprios planos didático-pedagógicos e/ou em modelos sugeridos e disponibilizados pela Enfam.

Art. 26. São objeto de credenciamento somente os cursos que obedecerem às diretrizes definidas pela Enfam para os conteúdos programáticos mínimos.

Parágrafo único. Para efeito de credenciamento de cursos, não são consideradas conferências, palestras ou similares propostos na forma de eventos isolados, sendo aceitas tais modalidades, para esse fim, exclusivamente quando constituírem meios ou estratégias metodológicas integrantes do programa dos cursos, observada a adequação aos objetivos e aos conteúdos programáticos.

Art. 27. No caso de solicitação, por parte da Enfam, de complementação de requisitos referentes aos pedidos de credenciamento de cursos, deverão as Escolas judiciais e de magistratura, no prazo de 10 (dez) dias corridos, após notificação, providenciar as diligências solicitadas, sob pena de arquivamento do pedido.

Art. 28. Cabe recurso, devidamente fundamentado, ao Conselho Superior, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, do indeferimento do pedido de credenciamento ou do arquivamento.

Art. 29. O credenciamento dos cursos terá validade de 2 (dois) anos, a partir da data da publicação da respectiva portaria.

CAPÍTULO VIII

Diretrizes Informativas

Art. 30. Sem prejuízo dos cursos organizados e executados diretamente pela Enfam, a organização e a execução dos cursos oficiais para ingresso na magistratura, de formação inicial e de aperfeiçoamento para fins de vitaliciamento, promoção e formação continuada dos magistrados cabe:

I - No âmbito federal, aos Tribunais Regionais Federais, por intermédio das respectivas Escolas judiciais, e ao Conselho da Justiça Federal, por meio do Centro de Estudos Judiciários;

II - No âmbito estadual e do Distrito Federal e Territórios, aos Tribunais de Justiça, por

Art. 31. Os magistrados coordenadores ou professores das Escolas judiciais e de magistratura podem aproveitar as horas-aula letivas para fins de vitaliciamento, promoção e formação continuada.

Art. 32. A Enfam regulamentará, por instrução normativa, o valor mínimo e máximo dos honorários a serem pagos aos docentes.

Art. 33. As Escolas judiciais e de magistratura enviarão as avaliações finais de aprendizagem dos magistrados participantes dos cursos oficiais para ingresso na carreira da magistratura, do curso de formação inicial, dos cursos de aperfeiçoamento e dos cursos de formação continuada ao órgão competente do respectivo Tribunal, ao qual competirá homologá-las ou não.

Art. 34. As Escolas judiciais e de magistratura enviarão à Enfam, em até 60 (sessenta) dias após o término do curso, o relatório das avaliações de aprendizagem, reação e impacto no trabalho, referente a seus cursos credenciados.

Art. 35. As Escolas judiciais e de magistratura deverão manter atualizados, no sistema disponibilizado no sítio eletrônico da Enfam, todos os registros referentes aos cursos realizados após a vigência desta Resolução.

Art. 36. Aplica-se a Resolução n. 1, de 6 de junho de 2011, aos concursos para cursos oficiais de ingresso, cujos editais de abertura já tenham sido publicados.

Art. 37. Esta resolução não se aplica aos cursos de formação inicial e de aperfeiçoamento para vitaliciamento, promoção e formação continuada em andamento, que permanecerão regidos pelas Resoluções vigentes na data de seus respectivos inícios.

Art. 38. Ficam revogadas a Resolução nº 1, de 6 de junho de 2011, e os Anexos da Resolução nº 2, de 16 de março de 2009.

ANEXO 1

**DIRETRIZES DOS CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS MÍNIMOS DO CURSO OFICIAL
PARA INGRESSO NA CARREIRA DA MAGISTRATURA**

A Resolução n.º 3/Enfam, de 4 de dezembro de 2013, prevê a faculdade de realização do curso oficial para ingresso na carreira da magistratura como etapa final do concurso público.

O normativo dispõe que, em caso de opção por sua concretização, deverá a ação contar com carga horária mínima de 240 (duzentos e quarenta) horas-aula, com prazo máximo de 1 (um) mês para cada 120 (cento e vinte) horas.

Para tais cursos, a Resolução exige conteúdos programáticos mínimos, a saber: (I) origem e teoria do poder judiciário; (II) deontologia da magistratura; (III) ética; (IV) relações interpessoais e interinstitucionais; (V) elaboração de decisões e sentenças e realização de audiências; (VI) administração judiciária, incluindo gestão processual, de pessoas e administrativa; (VII) capacitação em recursos da informação; (VIII) difusão da cultura de conciliação como busca da paz social; (IX) técnicas de conciliação e psicologia judiciárias; e (X) impacto econômico e social das decisões judiciais. Todos os conteúdos programáticos, na medida do possível, deverão tratar de casos concretos atinentes aos temas.

O objetivo da norma é garantir a uniformidade de conteúdos programáticos, a fim de conferir maior densidade formativa aos magistrados em início de carreira.

As Diretrizes dos conteúdos para os referidos temas são:

Tema I	ORIGEM E TEORIA DO PODER JUDICIÁRIO
Diretrizes do Conteúdo Programático	A visão de Montesquieu; A visão de Maquiavel; Tradições culturais e religiosas conforme apêndice dos Comentários aos Princípios de Bangalore de Conduta Judicial (Publicado pelo Conselho da Justiça Federal dentro das ações do programa de cooperação institucional firmado pelo Conselho da Justiça Federal por intermédio do Centro de Estudos Judiciários com o Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime (UNODC), com o objetivo de promover a formação profissional, almejando que todos, servidores e magistrados, cultivem os mais elevados padrões de ética e justiça).
Tema II	DEONTOLOGIA DA MAGISTRATURA
Diretrizes do Conteúdo Programático	Princípios de Bangalore; O Código de ética da magistratura; As prerrogativas do cargo e o abuso no seu exercício e fora dele.
Tema III	ÉTICA

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 1429 - Brasília, Disponibilização: Segunda-feira, 16 de Dezembro de 2013 Publicação: Terça-feira, 17 de Dezembro de 2013

Diretrizes do Conteúdo Programático	Estudos de aspectos éticos relacionados a casos concretos decididos no âmbito jurisdicional e administrativo disciplinar; Humanismo como pressuposto da ética: O problema do homem e sua centralidade. Intersubjetividade e reconhecimento recíproco; O Juiz e seu agir ético na relação com o outro e no ato de julgar; O ser e parecer ético.
Tema IV	RELAÇÕES INTERPESSOAIS E INTERINSTITUCIONAIS
	Para o tema alusivo às relações interpessoais e interinstitucionais, a matriz formativa precisa dar atenção aos tipos de relações que se deve ter em ambientes corporativos e institucionais, dando relevo, notadamente, à natureza social do serviço que o Poder Judiciário presta à comunidade; deve dirigir sua atenção, ainda, a como o juiz deve portar-se para dar conta das demandas fundadas em fidúcia e comprometimento, no âmbito tanto das relações internas com os servidores do Poder Judiciário quanto daquelas que o Estado-Juiz mantém com outras instituições e poderes e com os usuários do serviço que presta. Nesse sentido, revela-se fundamental que o conteúdo aborde as seguintes questões: (a) habilidades sociais para a promoção de integração e cooperação em ambientes de trabalho; (b) modelos contemporâneos de gestão de pessoas, no intento de descobrir lideranças e democratizar as relações sociais; (c) habilidades decisórias: razão, visão e intuição como recursos de liderança; habilidades interpessoais: gestão da influência e do poder; e habilidades de comunicação; novas formas de ação no ambiente informatizado e automatizado; (d) formas de relações do Poder Judiciário com os demais Poderes e com a sociedade organizada, imprensa, representações sociais e de mercado, como também com os usuários do serviço público.
Tema V	ELABORAÇÃO DE DECISÕES E SENTENÇAS E REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIAS

Diretrizes do Conteúdo Programático	É necessário compreender que a elaboração de decisões e sentenças judiciais e a realização de audiências são consequência de um processo plural de formação do convencimento do magistrado, resultado de múltiplas ações dos sujeitos de direito que participam da lide. Devem ser considerados, antes de tudo, os aspectos fenomenológicos e sociais presentes em todos os conflitos de interesses (questões culturais, econômicas, ideológicas, sexuais, etc.), bem como a complexa rede normativa reguladora do sistema (internacional, constitucional e infraconstitucional – principiológica e regratória). A partir de tais elementos poderão ser constituídas as razões de justificação e fundamentação das decisões ou sentenças e realizadas as mais qualificadas audiências, visando à adequada solução pacificadora do conflito. Impõe-se, ainda, que a forma de comunicação e a redação daqueles atos judiciais sejam claras e precisas, devendo o magistrado evitar termos demasiadamente rebuscados, estrangeirismos, etc. e evidenciar a fundamentação lógica na estruturação do pensamento. É imprescindível a abordagem de conteúdos que: (a) tratem o problema jurídico fundamentalmente como um problema social; (b) alcancem as metodologias de abordagem e solução de casos, assim como os caracteres performativos do Sistema Jurídico no Brasil; (c) permitam o exercício da redação esclarecedora da decisão ou sentença, assim como da condução das audiências; (d) tratem de técnicas processuais de fundamentação e estruturação das sentenças e decisões judiciais.
Tema VI	ADMINISTRAÇÃO JUDICIÁRIA, INCLUINDO GESTÃO PROCESSUAL, DE PESSOAS E ADMINISTRATIVA
Diretrizes do Conteúdo Programático	O presente conteúdo pretende debater os modelos de gestão contemporâneos e comprometidos com a eficiência humanista, também promovedores dos direitos e garantias fundamentais. Deve tratar das seguintes questões: (a) matrizes de qualidade administrativa, gestão de processos, planejamento estratégico e gerenciamento de arquivo; (b) desenvolvimento de equipes no ambiente de trabalho; (c) gestão de pessoas com base nas competências técnicas, interpessoais e gerenciais dos serventuários; (d) gestão de serventias e sua importância para o bom andamento das atividades judiciais, com a delimitação dos elementos de identificação dos objetivos de desempenho esperados; (e) gestão de recursos logísticos pertinentes a essas serventias (Lei n.º 8.112/1990, Lei n.º 8.666/1993 e Lei Complementar n.º 101/2000); (f) contexto de atuação das organizações governamentais; (g) conceitos e modelos de provisão dos serviços públicos: análise crítica; (h) o orçamento público como fenômeno multifacetado e como componente de uma política de gestão pública.
Tema VII	CAPACITAÇÃO EM RECURSOS DA INFORMAÇÃO

Diretrizes do Conteúdo Programático	O presente conteúdo pretende tratar das questões que atualmente importam ao processo de informatização levado a efeito pelo Poder Judiciário como um todo. Demanda formação específica sobre: (a) protocolos de comunicação e interoperação de sistemas, categorias e níveis de segurança, custos envolvidos e sua distribuição entre hardware, software e capacitação de pessoal; (b) métodos de garantia de autenticidade, integridade e validade de documentos eletrônicos; (c) interpretação de processos, com suas provas e demais documentos, no meio digital, como substituto do papel; (d) decodificação da terminologia da informática para juristas, bem como das arquiteturas de aplicações que podem servir à atividade jurisdicional (meio e fim); (e) certificação digital e o processo virtual (processo eletrônico em ambiente web); (f) uso de ferramentas da tecnologia da informação.
Tema VIII	DIFUSÃO DA CULTURA DE CONCILIAÇÃO COMO BUSCA DA PAZ SOCIAL, TÉCNICAS DE CONCILIAÇÃO
Diretrizes do Conteúdo Programático	Em face dos altos índices de processos litigiosos existentes nos tribunais brasileiros, é de capital importância que aos magistrados sejam conferidas ferramentas e metodologias para enfrentar o problema social presente em qualquer conflito, a partir da cultura do confronto e do enfrentamento que tem informado a atuação dos profissionais do Direito no tratamento de interesses conflitantes encaminhados ao Judiciário. Para tanto, impõe-se: (a) o tratamento do conflito e as possibilidades de sua gestão/resolução oferecidas pelo Estado-Juiz; (b) a busca de alternativas para a jurisdição, demonstrando como a facilitação por terceiro pode ocorrer sem que haja postura judicatória; (c) apresentação de fundamentação teórica sobre o papel do mediador; (d) estudo de medidas para a promoção da conciliação ética e pacificadora; (e) estudo do conflito como fenômeno natural em relacionamentos saudáveis ou funcionais, apresentando as possibilidades positivas de tratamento/resolução; (f) enfrentamento das principais características de cada processo heterocompositivo e autocompositivo e suas ferramentas conciliatórias.
Tema IX	TÉCNICAS DE CONCILIAÇÃO E PSICOLOGIA JUDICIÁRIAS

Diretrizes do Conteúdo Programático	questões complexas e, ao mesmo tempo, tão distintas entre si, como o Direito de Família, o Direito Penal e a Criminologia, o Direito da Criança e do Adolescente, entre outras. Para tanto, há uma série de questões que precisam ser abordadas de forma adequada, dentre as quais: perspectivas gerais sobre transtornos de personalidade e violência; elementos formativos de laudos e pareceres psicológicos; subsídios fornecidos pelo psicólogo à decisão judicial; a motivação do juiz para solicitar o estudo psicológico de um caso; as formas de encaminhamento para intervenção psicossocial: o estudo social, o estudo psicológico, o estudo psicossocial de fatos e atos intersubjetivos. De essencial relevância, ainda, o estudo dos seguintes temas: Arbitragem; Mediação; Conciliação pré processual e processual; Outros meios consensuais de solução de conflitos; Aproveitamento pelo Poder Judiciário dos atos realizados por outros órgãos; As diretrizes do Conselho Nacional de Justiça.
Tema X	IMPACTO ECONÔMICO E SOCIAL DAS DECISÕES JUDICIAIS
Diretrizes do Conteúdo Programático	Diante da importância que os fatores econômicos têm alcançado na definição de direitos hodiernamente, impõe-se, na formação da magistratura, a reflexão sobre os impactos econômicos de decisões administrativas e judiciais em face das pretensões individuais e coletivas que se apresentam ao Estado-Juiz, notadamente quando se sabe da problemática equação entre a infinitude das demandas e a finitude dos recursos para atendê-las. Revela-se de vital importância a abordagem sobre questões que envolvam: (a) análise econômica do Direito Público, do Direito Privado e do Processo; (b) relação entre as decisões judiciais e o orçamento público; (c) jurisdição, incerteza e Estado de direito; (d) impacto das decisões judiciais nas áreas de saúde pública e privada, educação, transportes, comunicação, energia, reforma agrária, economia formal e informal, entre outras; (e) cumprimento efetivo das decisões judiciais e suas consequências econômicas; (f) impacto econômico das decisões judiciais na efetivação de direitos fundamentais; (g) dimensões teóricas das relações entre política, Direito e Judiciário; (h) justiça social, democracia e Judiciário: problemas e desafios.

Com a proposta de 240 horas-aula para a realização do curso oficial para ingresso na carreira da magistratura, 200 horas-aula devem corresponder às disciplinas aqui descritas, oriundas da mencionada Resolução, cabendo a definição das demais 40 horas-aula aos Tribunais e Escolas judiciais ou de magistratura.

INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO DOS CURSOS DE FORMAÇÃO PARA INGRESSO NA CARREIRA DA MAGISTRATURA

O **processo de avaliação** das atividades de formação para ingresso na carreira da magistratura

(a) **Avaliação do curso pelo candidato-aluno**, observados, ao menos, os seguintes quesitos:

(1) temas desenvolvidos em profundidade condizente com os objetivos do curso; (2) carga horária adequada ao desenvolvimento dos temas; (3) materiais de apoio condizentes com o desenvolvimento dos temas; (4) integração dos participantes de modo a proporcionar efetivo cumprimento das atividades.

A escala de valor para a aferição desses quesitos será: (1) ótimo; (2) bom; (3) regular; (4) insuficiente.

(b) A **avaliação do candidato-aluno pela Escola**, que, além de considerar aspectos relacionados com a assiduidade, relacionamento interpessoal, pontualidade, interesse, postura, participação nas atividades presenciais da classe, deverá obrigatoriamente conter uma aplicação individual do conhecimento ao caso concreto e uma avaliação sobre a aplicabilidade do conhecimento adquirido.

A cada avaliação deverá ser emitido um conceito, entre os seguintes: ótimo, bom, regular ou insuficiente. Durante o curso de formação, o Tribunal e a Escola realizarão o acompanhamento dos candidatos no que concerne aos itens de avaliação.

(c) A **avaliação do professor pelo candidato-aluno** se dará a partir dos seguintes quesitos: (1) domínio do conteúdo; (2) capacidade de comunicação; (3) relação da teoria com o exercício profissional; (4) material didático de apoio; (5) otimização do tempo de aula na transmissão do conteúdo; (6) estímulo ao aprendizado e incentivo às atividades complementares.

A escala de valor para a aferição desses quesitos será: (1) ótimo; (2) bom; (3) regular; (4) insuficiente.

(d) A **avaliação do curso pelo professor**, incluindo os seguintes itens:

(1) a carga horária é compatível com os conteúdos? (2) os instrumentos à disposição para ministrar o curso foram adequados? (3) autoavaliação acerca do próprio desempenho no curso, sob os aspectos da motivação dos alunos e da participação deles nos debates. Tal avaliação possibilitará retroalimentação, visando ao planejamento dos cursos subsequentes.

A escala de valor para a aferição desses quesitos será: (1) ótimo; (2) bom; (3) regular; (4) insuficiente.

**DIRETRIZES DE CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS MÍNIMOS DO CURSO DE
APERFEIÇOAMENTO PARA OS MAGISTRADOS FEDERAIS E ESTADUAIS
VITALICIANDOS E VITALICIADOS**

A Resolução Enfam nº 3, de 4 de dezembro de 2013, estabelece que os cursos de aperfeiçoamento para fins de vitaliciamento ocorrerão no período do estágio probatório, com carga horária mínima de 60 horas-aula, no primeiro ano, além das horas destinadas ao curso de formação inicial, e de 120 horas-aula, no segundo ano.

Para tais cursos de aperfeiçoamento, a Resolução exige conteúdos programáticos mínimos, a saber: (I) alterações legislativas; (II) ética; (III) filosofia do direito; (IV) hermenêutica jurídica; (V) deontologia da magistratura; (VI) métodos alternativos de solução de conflitos e sistemas de conciliação; (VII) prática forense e conhecimento da estrutura e funcionamento das serventias judiciais; (VIII) utilização da informática e noções básicas do sistema digital de processamento e julgamento; (IX) conhecimentos mínimos acerca das atividades administrativas do Diretor de Foro; (X) noções acerca da estrutura, competência, atuação e metas do Conselho Nacional de Justiça; (XI) comunicação social.

O mesmo normativo dispõe que, para fins de promoção, será exigido do magistrado o cumprimento de carga horária mínima de 40 horas-aula anuais em curso de aperfeiçoamento.

As Diretrizes dos conteúdos programáticos para os temas acima referidos são:

Tema I	ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS
Diretrizes do Conteúdo Programático	A ideia aqui é abordar temas que têm recebido tratamento legislativo inovador, envolvendo questões práticas e cotidianas da magistratura, tanto em nível processual como material, a fim de proporcionar ao magistrado atualização efetiva relativamente aos novos direitos e aos instrumentos de proteção, não perdendo de vista, no entanto, a dimensão humanística e sistêmico-constitucional que quaisquer soluções de casos concretos demandam. Deve-se buscar o enfrentamento da aplicação prática dessas alterações legislativas em casos simulados ou reais.
Tema II	ÉTICA
Diretrizes do Conteúdo Programático	Estudos de aspectos éticos relacionados a casos concretos decididos no âmbito jurisdicional e administrativo disciplinar; Humanismo como pressuposto da ética: O problema do homem e sua centralidade. Intersubjetividade e reconhecimento recíproco; O Juiz e seu agir ético na relação com o outro e no ato de julgar.
Tema III	FILOSOFIA DO DIREITO

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 1429 - Brasília, Disponibilização: Segunda-feira, 16 de Dezembro de 2013 - Publicação: Terça-feira, 17 de Dezembro de 2013

Diretrizes do Conteúdo Programático	Os temas da Filosofia do Direito são cada vez mais recorrentes na jurisdição brasileira, entre os quais se destacam as questões que envolvem o sistema jurídico e suas formas jurisprudenciais e ideológicas de funcionamento, bem como as formas de aplicação desse sistema, o que implica reconhecer a importância da hermenêutica e da interpretação jurídicas no particular. Nessa direção, revela-se imprescindível o debate sobre: (a) o problema da interpretação jurídica e da argumentação no âmbito da decisão judicial; (b) as questões atinentes à fundamentação constitucional e infraconstitucional de funcionalidade do sistema jurídico; (c) a questão que envolve os direitos fundamentais e a hermenêutica jurídica; (d) estudos de casos concretos, oportunidades nas quais se buscará a aplicação prática dessas questões em situações simuladas ou reais.
Tema IV	HERMENÊUTICA JURÍDICA
Diretrizes do Conteúdo Programático	Compreensão sobre o destinatário da informação; Pluralidade social; O desvalor do pedantismo; O Juiz do seu tempo e da sua sociedade; Técnicas para a elaboração de decisões e sentenças objetivas, claras e devidamente fundamentadas.
Tema V	DEONTOLOGIA DA MAGISTRATURA
Diretrizes do Conteúdo Programático	Princípios de Bangalore; O Código de ética da magistratura; As prerrogativas do cargo e o abuso no seu exercício e fora dele.
Tema VI	MÉTODOS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E SISTEMAS DE CONCILIAÇÃO
Diretrizes do Conteúdo Programático	Arbitragem; Mediação; Conciliação pré processual e processual; Outros meios consensuais de solução de conflitos; Aproveitamento pelo Poder Judiciário dos atos realizados por outros órgãos; As diretrizes do Conselho Nacional de Justiça.
Tema VII	PRÁTICA FORENSE E CONHECIMENTO DA ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DAS SERVENTIAS JUDICIAIS
Diretrizes do Conteúdo Programático	Tal conteúdo refere-se às peculiaridades locais de cada tribunal, para que possam ser exploradas questões do dia-a-dia da instituição, seja em termos de jurisdição-fim (a tutela propriamente prestada pelo magistrado singular ou colegiado), seja quanto à jurisdição-meio (aqui envolvidas as questões de gestão institucional relativas a recursos humanos, recursos materiais, logística, atos ordinatórios que podem ser delegados, impulso oficial com respeito às prioridades e à ordem cronológica, inteligência, recursos orçamentários, etc.).
Tema VIII	UTILIZAÇÃO DA INFORMÁTICA E NOÇÕES BÁSICAS DO SISTEMA DIGITAL DE PROCESSAMENTO E JULGAMENTO
Diretrizes do Conteúdo Programático	O sistema utilizado pelo Tribunal; Os sistemas acessíveis fora do Tribunal; Bacenjud, Renajud, Infojuris, etc.
Tema IX	CONHECIMENTOS MÍNIMOS ACERCA DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO DIRETOR DO FORO

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 1429 - Brasília, Disponibilização: Segunda-feira, 16 de Dezembro de 2013 Publicação: Terça-feira, 17 de Dezembro de 2013

Diretrizes do Conteúdo Programático	Um dos grandes desafios do Estado-Juiz hoje é exatamente o de exercer a função de gestor público institucional nos mais diversos segmentos que isso representa (de bens, orçamento, pessoas, cartórios, informação, etc.). Para tanto, alguns temas se revelam fundamentais à formação continuada do magistrado, entre os quais: perfil gerencial para a administração judiciária; legalidade e planejamento estratégico no Poder Judiciário; etapas do planejamento estratégico (direcionamento institucional, objetivos estratégicos, metas e projetos); identificação, mapeamento e aperfeiçoamento dos processos de trabalho da unidade; estabelecimento de padrões de qualidade e acompanhamento do desempenho da equipe; visão geral do processo orçamentário; Lei de Responsabilidade Fiscal; Lei de Diretrizes Orçamentárias; o papel da liderança na motivação das pessoas; estilos de influência e habilidade política; comunicação como ferramenta gerencial; inovação e mudança organizacional (como influenciar a equipe a adotar novos procedimentos e desenvolver novas habilidades).
Tema X	NOÇÕES ACERCA DA ESTRUTURA, COMPETÊNCIA, ATUAÇÃO E METAS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
Diretrizes do Conteúdo Programático	O objetivo, neste caso, é fornecer aos juízes informações acerca da competência do Conselho Nacional de Justiça, sua missão, as principais atividades, as decisões de repercussão geral e em matérias de abrangência nacional e comum, as metas estabelecidas e as ações e projetos desenvolvidos, em especial aqueles que visam à garantia da eficiência dos serviços judiciais. Importante, ainda, possibilitar uma visão clara de sua estrutura e funcionamento, bem como demonstrar a importância de a magistratura manter relação o mais estreita possível com o órgão, considerando os objetivos comuns de todos os integrantes e partícipes do Poder Judiciário. Informações acerca do papel da Corregedoria Nacional de Justiça também são de extrema relevância.
Tema XI	COMUNICAÇÃO SOCIAL
Diretrizes do Conteúdo Programático	O objetivo é capacitar o magistrado, sempre que possível por meio de oficinas e laboratórios, para um relacionamento imediato, eficiente e construtivo com os meios de comunicação de massa, preparando-os para lidar com situações de crise e para adaptar a linguagem e as informações, bem como elaborar as mensagens que serão transmitidas ao público por meio da imprensa. Para tanto, os juízes devem adquirir uma compreensão técnica e política dos fenômenos de comunicação e do significado social da divulgação de decisões emanadas do Poder Judiciário, além de guardar atenção especial quanto à necessidade de legitimação deste perante a sociedade.

Cumpre notar que as metodologias desses cursos poderão observar as modalidades de aulas teóricas e práticas (inclusive com a análise conjunta de processos pendentes de julgamento), seminários e outros eventos, presenciais e a distância, consoante as disposições do art. 11 da Resolução/Enfam n.º 3/2013.

Nesse particular, destaca-se a preocupação com as modalidades de seminários e outros eventos, inclusive a distância, mediante a definição de alguns critérios de validação

Edição nº 1429 - Brasília, Disponibilização: Segunda-feira, 16 de Dezembro de 2013 Publicação: Terça-feira, 17 de Dezembro de 2013
de tais atividades, sob pena de ficarem esvaziadas as diretrizes aqui mencionadas se não observados os conteúdos demarcados nas disciplinas que as contemplam.

Assim, torna-se importante que haja, para qualquer evento de formação e aperfeiçoamento, instrumento de avaliação uniforme e adequado, observadas as diretrizes estabelecidas pela Enfam para toda a ação formativa, ou seja, esta deverá contar, no mínimo, com processo e instrumentos de avaliação, dentre os quais, obrigatoriamente, um estudo de caso para o qual possam ser aplicados os conteúdos programáticos.

Para os demais conteúdos e para os cursos obrigatórios de formação continuada que anualmente devem ser frequentados por todos os magistrados não inseridos nos demais cursos (artigo 29 do Código de Ética da Magistratura), de acordo com as diretrizes de cada Escola, os tribunais têm liberdade de conformar o processo de formação permanente de seus juízes a partir de demandas mais pontuais, podendo, se assim entenderem conveniente, optar por alguns dos conteúdos programáticos ofertados nos cursos de formação para ingresso e nos de aperfeiçoamento para fins de vitaliciamento, observada sempre a necessidade de aplicação de instrumentos de avaliação para cada ação formativa, entre eles o caso concreto.

